

Pinotti quer política demográfica

ESTADO DE SÃO PAULO

SEXTA-FEIRA — 30 DE JANEIRO DE 1987

Constituinte pode unir o PT ao PMDB

O presidente nacional do PT, Luiz Inácio "Lula" da Silva, e o presidente regional do PMDB em São Paulo, vice-governador eleito Almino Affonso, chegaram à conclusão que será possível elaborar uma Constituinte "minimamente avançada" a partir de um entendimento entre o PT nacional e o PMDB paulista, depois de conversarem antecorrem à noite em São Paulo. O encontro aconteceu em segredo num restaurante e teve apenas mais um participante, o presidente regional do PT Djalma Bom. Os três combinaram firmar "protocolos de entendimento" a nível nacional e estadual e marcaram novos encontros: Lula estará com Almino na noite de domingo em Brasília, "para operacionalizar o acordo", e no final de fevereiro, Djalma entregará um documento com propostas petistas para a administração estadual.

Da mesma forma que Lula, Almino Affonso não acredita na possibilidade de se formar um bloco progressista na Constituinte tendo como base os partidos. Lula acha possível a união de "grupos de parlamentares que querem trabalhar para que a Constituinte seja o mais progressista possível". Ele desconfia do PMDB enquanto partido — "ele é a sustentação do governo". Almino considera viável "começar a trabalhar em conjunto na Constituinte por um mínimo de teses". De acordo com Almino, o PT entregará um documento definindo suas propostas sobre uma série de temas (reforma agrária, uso do solo urbano, questão sindical, salário mínimo, informática, controle do parlamento sobre a dívida externa)

para iniciar o trabalho em conjunto com o PMDB estadual e o PT nacional. Mas no próprio jantar os dois líderes conseguiram chegar a um acordo concreto sobre uma idéia: vão apresentar uma proposta unificada de participação da sociedade civil na Constituinte.

A "iniciativa constitucional popular", como batizaram o plano, prevê a possibilidade de segmentos da sociedade, a partir de 30 mil pessoas, apresentarem propostas como contribuição à Constituinte com direito a serem debatidas, votadas e incorporadas ou não ao texto final. "Vamos lutar para que esta idéia seja incluída no regimento interno da Constituinte", disse Almino. Lula confia na aprovação do plano: "Existe uma luta comum dos partidos em torno da participação popular. E quem votar contra, terá de explicar com seu eleitorado depois".

Outra forma de "participação popular" defendida por Lula e Almino é a criação de um "horário eleitoral gratuito", em cadeia nacional, de uma hora, de rádio e TV. Meia hora seria dedicada aos trabalhos constitucionais, propôs Almino, e meia hora às propostas da sociedade civil. "Tenho fundadas esperanças de terminarmos com um entendimento bastante amplo", declarou.

Djalma Bom garantiu a Almino Affonso que o PT nunca fará oposição sistemática ao governo Quéricia", mas "qualquer entendimento não envolve cargos no governo estadual ou apoio incondicional na Assembleia Legislativa, afirmou Djalma.

"A Constituinte precisa estabelecer uma política demográfica para o Brasil, que é algo muito mais amplo que planejamento familiar." A proposta é do secretário da Educação do Estado de São Paulo, dr. José Pinotti, que encara o programa de planejamento familiar lançado na semana passada pelo governo federal como um disfarce do controle da natalidade, que atenderia apenas aos interesses geopolíticos dos países desenvolvidos. "A criação desse sistema subordinado ao Gabinete Civil me deixa de cabelos arrepiados" — protestou o médico.

Ginecologista, pesquisador na área de reprodução há 30 anos, consultor de assuntos da mulher da Organização Mundial de Saúde, ex-reitor da Unicamp e um dos prováveis homens fortes do governo de Orestes Quéricia, José Aristodemo Pinotti, 53 anos, já saiu a campo com todas as suas credenciais na tentativa de alterar, em nome do setor da saúde, o sistema de planejamento familiar criado pelo presidente José Sarney na primeira reunião do Conselho de Desenvolvimento Social (CDS), segunda-feira passada.

Segundo o especialista, o governo está deixando enganar nessa questão por teses e interesses geopolíticos estrangeiros. Ele revela que entidades privadas norte-americanas e japonesas investiram mais de US\$ 20 milhões em programas de controle da natalidade no Brasil. O resultado é que técnicos do governo se convenceram — e ainda orientam os ministros — da tese de que é preciso reduzir o crescimento das populações pobres do Terceiro Mundo.

Pinotti garante, todavia, não ser contrário ao planejamento familiar, "mas apenas contra um programa de controle da natalidade que atende a interesses externos, desencadeado sem que haja uma política demográfica global para o País".

SAÚDE DA MULHER

"A política de controle da natalidade, além de antiética, é burra" — afirma o ginecologista-Antiética, explica, porque o objetivo é diminuir a natalidade, e não preservar a saúde da mulher, na qual o controle da natalidade é apenas um dos componentes importantes. "Distribuem-se pílulas anticoncepcionais não impor-

tando se algumas mulheres vão morrer em consequência" — afirma. "Burra, porque, comprovadamente, não dá resultados. Controle da natalidade só dá certo entre populações desenvolvidas" — frisou.

Segundo Pinotti, o índice de fecundidade (número de filhos por casal) e de natalidade (percentagem da população que nasce por ano) já vem diminuindo no Brasil devido ao desenvolvimento econômico, independente dos programas de controle. Entre 1950 e 1960, por exemplo, a taxa de natalidade foi de 3,0%; entre 1970 e 1980, de 2,3%. Já o índice de fecundidade foi de 5,7 filhos por casal em 1970; 4,3 em 1980, e 3,5 em 1984.

Na opinião de José Pinotti, o problema do Brasil não é o do crescimento populacional, mas a falta de uma política demográfica que, aliada às injustiças sociais no campo, provoca um aumento desordenado das populações da periferia das grandes cidades. "Se houvesse uma política de fixação do homem no campo, poderíamos até ter uma política demográfica de aumento da população do País — lembra o secretário. "Mas isso só pode ser decidido pelos políticos após um estudo sério do meio acadêmico."

Para ele, a Constituinte deve discutir a questão e estabelecer as diretrizes gerais. Mas o tema "saúde da mulher" é por demais relevante, diz Pinotti, para que o governo aguarde uma decisão da Constituinte para



José A. Pinotti

começar a agir. "Na medida em que as Constituições são calcadas na prática, há questões sociais que precisam firmar jurisprudência, senão caem no ridículo de serem mais um produto de leis que não pegam."

José Pinotti foi um dos idealizadores do programa Atenção Integral à Saúde da Mulher, adotado em 1980 pelo Ministério da Saúde, no qual a questão dos métodos de controle da natalidade é tratada em conjunto com, entre outros assuntos, infecção pélvica, amamentação e higiene. Assim, ele condena o aparecimento de outro programa, paralelo, subordinado ao Gabinete Civil.

INTERESSES ESTRANGEIROS

Dos interesses de alguns países desenvolvidos em estabelecer uma política demográfica para o Brasil, na opinião de Pinotti o mais importante é o geopolítico, segundo o qual o número de habitantes é a principal força interna de um país e fator importante de desenvolvimento. "Enquanto não houver uma verdadeira política demográfica no País — destaca o secretário estadual — essas tentativas de fazer planejamento familiar apenas consolidam as teses defendidas pelos Estados Unidos, que são de controle da natalidade."

Para comprovar suas acusações, José Pinotti mostrou um estudo do Conselho Estadual da Condição Feminina, do governo paulista, com dados oficiais divulgados pela United Nation Fund for Population Activity. De acordo com o documento, há no Brasil 13 entidades privadas e oficiais de planejamento familiar, que receberam entre 1978 e 84 cerca de 20,7 milhões de dólares em pílulas anticoncepcionais, preservativos, contraceptivos femininos (do tipo DIU), ou mesmo para cirurgia de ligação das trompas, financiados por 12 entidades norte-americanas e japonesas privadas. Todas essas instituições, segundo o relatório, teriam como objetivo maior a disseminação de métodos contraceptivos. Das entidades brasileiras que receberam dinheiro do Exterior, as que mais se destacam pelo volume de recursos são a Benfam (Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar do Brasil), com US\$ 13,5 milhões; a CPAIM, com US\$ 4,8 milhões; a Pró-Família, US\$ 778 mil, e a Pró-Mater, US\$ 400 mil.

Constituintes vão ter seus trabalhos avaliados pela UnB

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

A Universidade de Brasília (UnB) criou um órgão especialmente para acompanhar os trabalhos dos constituintes. Com a participação de professores e convidados especiais, o Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte (Ceac), além de fazer sugestões aos participantes da assembleia, editará semanalmente um boletim com resumos dos seus debates e perfis dos membros da Constituinte.

Já na próxima semana, o Ceac analisará a questão da pretendida criação da Grande Comissão Constitucional, que redigiria um anteprojeto da nova Carta para exame em plenário. Chefe do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da UnB, o cientista político David Fleischer acha que a criação dessa comissão poderá deixar os constituintes frustrados, já que pelo menos 85% deles permaneceriam muito tempo distantes dos trabalhos, monopolizados pela Grande Comissão.

EXPOSIÇÃO

O Senado inaugurou ontem no corredor do Anexo 1 a exposição "Flagrantes da História Constitucional do Brasil", com vários documentos. A exposição apresenta um cartaz com reproduções da Constituição de 1824, o documento de renúncia do ex-presidente Jânio Quadros e a cópia das notas taquigráficas da primeira sessão ordinária do Senado em Brasília, no dia 22 de abril de 1960, com trecho de um discurso do então senador Aldo Guimarães, do ex-PSD do Paraná.